



ACÓRDÃO Nº379/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11928/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Leste.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Felizardo Francisco de Almeida Monteiro (Ordenador de Despesa), José Jorge Pinheiro Guimarães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1751/2017-DMP, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA LESTE. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Revelia. Multa. Quitação. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** com fundamento no art. 24 da Lei n.º 2.423/96, a Prestação de Contas do **Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro** (de 1/1/2015 a 31/10/2015) e do **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães** (de 1/11/2015 a 31/12/2015), responsáveis pela gestão do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Leste, exercício de 2015;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, com fundamento no art. 20, § 4º, da Lei n.º 2.423/96, de modo a considerar verdadeiros os fatos a ele imputados, excetuando-se as irregularidades que são comuns ao outro gestor, **Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro**, cuja defesa apresentada logrou êxito em afastá-las;
- 10.3. **Aplicar Multa** com fundamento no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM ao **Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e



ACÓRDÃO Nº379/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

oitenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Dar quitação ao Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro e ao Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, com fundamento no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas c/c art. 189, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, condicionada a expedição do termo de quitação ao segundo gestor ao pagamento da sanção pecuniária imposta anteriormente;
- 10.5. Determinar** à atual gestão do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Leste que:
- 10.5.1.** evite o fracionamento de despesas;
 - 10.5.2.** faça melhor planejamento em suas solicitações de medicamentos fornecido pela CEMA, ou que elabore processo licitatório, conforme determina a Lei n.º 8.666/93;
 - 10.5.3.** mantenha, nas pastas funcionais, todas as declarações de seus gestores, funcionários com função gratificada e cargos comissionados;
 - 10.5.4.** nomeie uma Comissão para realizar um levantamento de todos os bens patrimoniais com lançamentos necessários das informações solicitadas no Inventário dos Bens Patrimoniais;
 - 10.5.5.** requeira à CGE a elaboração de parecer nos termos do art. 10, III, da Lei n.º 2.423/96;
- 10.6. Determinar** à atual gestão da Controladoria Geral do Estado que providencie, nos termos da Lei Delegada n.º 071/2007, as atividades de controle interno necessárias ao cumprimento do art. 10, III, da Lei n.º 2.423/96;
- 10.7. Dar ciência ao Sr. Felizardo Francisco de Almeida Monteiro, ao Sr. José Jorge Pinheiro Guimarães**, à atual gestão do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Leste e à Controladoria Geral do



ACÓRDÃO Nº379/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Estado - CGE/AM, sobre o desfecho atribuído a estes autos de
Prestação de Contas Anuais.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral